

MEC muda orientação do ensino de 2º grau

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A ideia de que o ensino de 2º grau no Brasil deve ser ou profissionalizante ou preparatório para o vestibular tem de ser rompida, porque ele é um grau de ensino onde as duas coisas são importantes. Este é o ponto básico das propostas da comissão que vai definir uma nova política para o 2º grau, concluídas ontem. Para efetivar essas propostas, segundo o membro da comissão Antônio Carlos Máximo, deverá haver mudança na metodologia de ensino, reformulação das condições físicas das escolas, investimentos na formação dos professores e aumento das verbas para a educação. O documento será entregue ao secretário de 1º e 2º graus, Júlio Correia, na próxima semana.

De acordo com os membros da comissão, deve ser feita uma revisão radical da regulamentação da emenda Calmon, que destina 13% do orçamento global da união para manutenção e desenvolvimento da educação. Eles alegam que a manutenção das escolas e as despesas com professores e funcionários já tomam uma grande parte dessa verba, sobrando uma quantia insuficiente para o ensi-

no propriamente dito. Sobre a formação dos professores, a comissão sugere que seja feito um trabalho sério nesse sentido.

A reformulação das condições físicas das escolas engloba a recuperação de bibliotecas, laboratórios e a garantia de material educacional. A comissão considera que isso é necessário para que as escolas públicas de 2º grau possam atender pelo menos à demanda do 1º grau. Hoje as escolas do governo atendem apenas a 14% da população de 15 a 19 anos, que deveria estar no 2º grau, sendo que grande parte desse total são alunos que interromperam os estudos.

No contexto geral, a preocupação maior da comissão é de que "o 2º grau não pode ser um curso adestrado, mecânico, é preciso ter cultura geral sólida, que auxilie o aluno na compreensão da sociedade contemporânea". A comissão acredita que o que existe hoje, na maioria das escolas do País, é a formação geral sem a preocupação com a preparação para o trabalho, ou o profissionalizante, que não tem preocupação sócio-cultural.

O ensino noturno de 2º grau também foi discutido pela comissão, mas devido à complexidade do assunto,

não foi definida nenhuma proposta. Segundo Antônio Carlos Máximo, vários Estados sugeriram que a carga horária anual do 2º grau noturno fosse reduzida, e em compensação o curso fosse aumentado em um ano, passando de três para quatro anos a sua duração. Ele afirmou que essa questão não foi fechada porque merece maiores estudos, fora do âmbito do próprio MEC.

CURRÍCULOS

Apesar da mudança do currículo ser necessária para a implantação da nova política de 2º grau, a comissão interna do MEC não tratou do assunto porque a questão terá um estudo específico na coordenação de 2º grau da Secretaria de Primeiro e Segundo Graus.

Embora a comissão não tenha definido propostas sobre o assunto, alguns dos seus membros estaduais propuseram a extinção de duas matérias no currículo de 2º grau — Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Os professores acreditam que essas matérias passam um conteúdo específico sobre um momento político do País que não existe mais.